



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DE 26 DE JUNHO DE 2014

---Ao vigésimo sexto dia do mês de Junho do ano de dois mil e catorze reuniu nas instalações de Monserrate, sitas na Rua dos Poveiros, nº 37, às vinte e uma horas e trinta minutos, em Sessão Ordinária, a Assembleia da União das Freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela, tendo presidido António Rui Viana Fernandes da Ponte (Presidente da Mesa da Assembleia) e secretariado Tiago Fernandes Oliveira (1ª Secretário) e Isabel Maria Oliveira Cardoso (2ª Secretária). -----

---O Executivo da União das Freguesias fez-se representar integralmente pelo Presidente, José António Gonçalves Ramos, pelo Secretário António José Rodrigues Soares Basto, pelo Tesoureiro Amadeu Morais Bizarro e pelos vogais Carlos Manuel Alves Tavares, Maria Rosa Ferreira Pinheiro de Almeida Figueiredo, Maria da Conceição Barbosa Azevedo e Rui Manuel Pimenta Salgueiro. ----

---Compareceram, para além dos referidos elementos da Mesa da Assembleia, os membros Carla Maria dos Santos Lemos, Carla Patrícia Sendão da Silva, Emanuel José Dias Gavinho, Fernando Domingos Afonso de Miranda, Francisco José Pereira Carvalhido, Hugo Manuel Fernandes Meira, José Emílio da Rocha Antunes Viana, José Maria Amieira Flores, Manuel Américo Matos Carvalhido, Miriam João Soares Veloso, Raquel da Conceição Sousa Amorim, Sara Maria Araújo Marques da Silva Gorito, Tomás da Conceição Lima Ribeiro e Vítor Manuel Antunes da Silva. ----

---Fizeram-se substituir nesta sessão os membros Alberto Antunes de Abreu (PS), por José Avelino Gonçalves Borlido, e José Manuel Filgueiras (CDU), por João António Sousa Correia (documentos 2 e 3). -----

---Foi realizado o registo áudio da sessão, que apresenta algumas falhas na gravação. -----

---Presidente da Assembleia **Rui Viana** deu início à sessão agradecendo a presença dos membros e do público, lembrando ser esta a segunda sessão descentralizada da Assembleia na sequência da anterior realização na Meadela, conforme previsto regimentalmente. -----

---Informou a Assembleia do atraso previsível de Raquel Amorim, provocado pela presença em ensaio das marchas populares de Monserrate, sendo que esta manifestou o seu empenho em comparecer com a brevidade que lhe seja possível. -----

---Esclareceu do agendamento da sessão em data que permite a participação de alguns membros, incluindo o Presidente do Executivo, nesta e na Assembleia Municipal de amanhã. -----

---Proseguiu com a leitura da **ORDEM DE TRABALHOS** prevista, designadamente (documento 1):

1. Informação do Presidente;-----
2. Acordo de Execução de delegação de competências, conforme alínea g) do n.º 1 do art.º 9º da lei 75/2013;-----
3. Aprovação de Toponímia em artéria da Meadela;-----
4. Criação de uma Comissão para estudo da toponímia da União das Freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela;-----
5. Discussão de assuntos de interesse para a Freguesia;-----

---**ORDEM DE TRABALHOS** | Aprovada por unanimidade. -----

---**ATA DA REUNIÃO ANTERIOR** | O Presidente da Assembleia **Rui Viana** apresentou desculpas em nome da Mesa pelo atraso verificado no envio da ata da sessão anterior, motivado por erro



no respetivo ficheiro de áudio e perceção tardia das implicações do mesmo na redação. O 1º Secretário Tiago Oliveira prestou esclarecimentos adicionais.-----

---Os membros **José Emílio Viana** e **Américo Carvalho** referenciaram excertos da ata da sessão anterior a necessitarem de retificação. -----

---O documento foi **aprovado por maioria**, com duas abstenções, condicionado à alteração das redações referenciadas. -----

---**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**-----

---**José Emílio Viana** referiu existirem situações de perigo para a circulação automóvel na Rua do Ameal e no entroncamento da Rua da Argaçosa, motivadas por dois espelhos partidos, solicitando as diligências do executivo para a substituição dos mesmos. -----

---**José Borlido** questionou o Executivo, na sequência de notícias na imprensa sobre a Praia da Argaçosa, sobre as intervenções eventualmente previstas para o local relativamente à limpeza e à renovação da areia, tratando-se esta da praia não ventosa da cidade, manifestando compreensão pelo possível custo elevado. -----

---**Américo Carvalho** manifestou o seu desagrado relativamente à pavimentação das ruas onde se têm realizado intervenções nas infraestruturas de gás e telecomunicações, mostrando desagrado para com o tesoureiro do executivo. Referenciou que este, devido às funções que exerceu nos mandatos anteriores, tem conhecimento das normas existentes na Câmara Municipal relativas a repavimentação de ruas em obras deste género. Relembrou que estas obras têm custos elevados e que a Junta não pode estar a favorecer os empreiteiros, não se tratando sequer de empresas portuguesas. Manifestou-se surpreendido por esta situação, tendo em conta as normas e procedimentos previstos que conhecia do mandato anterior por inerência das suas funções. Manifestou compreensão pela dimensão da freguesia, esclarecendo que esta sua referência deve ser interpretada como um alerta e não como uma crítica, tendo em vista a próxima reunião de articulação do assunto com a Câmara Municipal, após o que, não sendo este abordado pelo Executivo, assumirá a diligência de o expor à Câmara Municipal. -----

---Referenciou a Rua Bouça de Santa Maria da Ajuda, a Rua de Nossa Senhora da Ajuda e outras ruas de grandes dimensões com abertura de valas e repavimentação apenas na zona central do passeio, o que contraria as normas da Câmara Municipal de repavimentação integral até ao passeio. Manifestou surpresa pelo conhecimento que o Eng. Tavares terá da situação e pela manutenção da situação, sendo este um técnico com competências nesta área. Avisou para a provável destruição em breve desses passeios, disponibilizou-se para acompanhar o Executivo na verificação destas alegações e solicitou o empenho dos seus membros na mitigação de situações futuras semelhantes. Relembrou uma vala referenciada em reunião anterior perto do Hotel Parque, que não terá sido alvo de repavimentação, a existência de duas lombas na entrada da Rua da Bandeira, nas proximidades do Hotel Axis e de maus acabamentos junto à entrada do McDonald's. Alegou que o anterior Executivo obrigou os empreiteiros a repavimentar centenas de metros mal executados e que o decorrer das obras deve merecer acompanhamento, sob pena de sermos vítimas de abusos por parte destes. Manifestou surpresa por estas situações, dada a atitude pró-ativa por parte do Tesoureiro Amadeu Bizarro nos mandatos anteriores. -----



---**Francisco Carvalho** equacionou a presença na Rotunda Couto Paredes de uma "coisa" de ferro que não foi votada em Assembleia. Questionou se o assunto foi votado pelo Executivo, se pode lá ser colocada, se a Junta foi ouvida sobre a situação e se tem ou não poder neste tipo de situações ou se serve apenas para emitir licenças.-----

---O membro **Vitor Silva** referenciou ter sido informado por um munícipe que nos passadiços na Praia Norte um está inacabado e no outro falta colocar areia. -----

---**Américo Carvalho** informou que nos quarteirões cinco e seis do Cemitério da Meadela existem bastantes depressões no pavimento, como é do conhecimento do Executivo, na sequência da transmissão de tarefas no início do mandato. Relembrou da necessidade, assim que for possível e houver disponibilidade financeira, de proceder à requalificação dada a antiguidade do mesmo, sensivelmente trinta anos. Relembrou que estava também previsto no seu mandato um arranjo no telhado do edifício da União das Freguesias na Meadela, alvo de infiltrações, junto à Rua da Igreja.-----

---O Presidente **José Ramos** agradeceu as intervenções, lembrando que relativamente a algumas o Executivo está disponível, habitualmente, pelo menos entre as 09:00 e as 17:00 horas, e com uma simples comunicação pode ser ganho tempo na resolução dos problemas, não havendo necessidade de os discutir em assembleia. Algumas situações tinham já sido comunicadas e foram feitas diligências junto das entidades competentes. Referiu que há algumas dificuldades com disponibilidade de pessoal por parte da Câmara Municipal, por doença e situações de reforma, opinando que qualquer dia os seus dirigentes não têm pessoal para dirigir. No que diz respeito às infraestruturas, afirmou já ter estado nas respetivas reuniões, sendo as questões referenciadas também lá discutidas. Informou da não existência de atas destas reuniões na Câmara Municipal, pelo que não podem ser comprovadas as defesas destes assuntos realizadas pelos anteriores presidentes Amadeu Bizarro e Américo Carvalho, ao contrário do que se verifica nas reuniões de Trânsito. Defendeu a exigência para o futuro de realização de atas destas reuniões, de modo a poder ser exibida à Assembleia. Relembrou da recomendação antiga à Câmara Municipal para não autorizar abertura de valas em novas ruas enquanto não devidamente concluídas as obras em curso. Afirmou que a única medida possível é lembrar destes prejuízos e do descontentamento junto de quem manda, sendo o Município o maior lesado, dado que terá de pagar as reparações inerentes. A União das Freguesias serve apenas para recolha de reclamações no que diz respeito a este assunto, e estas são encaminhadas para os empreiteiros, mas o atendimento das mesmas não satisfaz os desejos da população. Comprometeu-se a exigir a redação de uma ata da reunião prevista para a próxima semana. ----

---Quanto à questão da rotunda e da estátua do Rotary Clube, José Ramos referiu ter sido convidado para estar presente na inauguração e afirmou que o Executivo não manda no espaço municipal, não tendo a Câmara Municipal que pedir autorização para a intervenção, lembrando que o assunto decorre de processo iniciado no mandato anterior, independentemente dos gostos individuais. Afirmou ter conhecimento prévio ao convite para a inauguração. -----

---Relativamente ao telhado do edifício da junta na Meadela, lembrou a Américo Carvalho que o mesmo já tem fetos, o que indicia que deveria ter sido promovida alguma reparação no mandato anterior, mas este custo foi protelado para o presente mandato pelo ex-presidente da antiga junta. Outro caso semelhante é o do Cemitério, lembrando que os investimentos têm de ser repartidos equitativamente pelo território da União das Freguesias. No Cemitério já foram



feitos investimentos, está pendente a requalificação do ossário e garantiu que as obras se irão realizar. -----

----Relativamente à Praia Norte informou de reunião no local com o Secretário António Basto e o Eng. Barros (CMVC), tendo este prometido a reparação do passadiço, também por causa das pessoas com mobilidade condicionada. O Executivo procedeu à limpeza na Praia do Coral e agradece a colaboração atempada na denúncia de eventual necessidade de nova limpeza, para a presente época balnear, e não em próxima assembleia. No que diz respeito à Praia da Argaçosa, o Município está a realizar uma intervenção. Foram feitas as diligências necessárias junto da Câmara Municipal para o funcionamento aceitável das casas-de-banho, que nunca tinham sido alvo de obras. Estão a ser cimentadas as zonas de pisoteio das mesas de merendas e foi concluída a limpeza da margem da praia. Foi reforçada a quantidade de papeleiras e não houve disponibilidade, por parte da Câmara Municipal, para a deposição de areia, apesar das reclamações existentes no início da época balnear.-----

----Em Portuzelo, o passadiço de madeira da ponte pedonal, que se encontrava podre, foi substituído por pedra de chão "mecan", foram pintados os bancos, foi reparado o muro que estava em estado de degradação pela subida da maré e seguidamente tentar-se-á recuperar o parque infantil, de modo a finalizar a intervenção. -----

----O membro **Américo Carvalho** lembrou que a referenciada repavimentação dos passeios consta de regulamento municipal, sendo que nem sempre os fiscais estão cientes deste facto e os empreiteiros aproveitam-se da situação. O Presidente José Ramos esclareceu que os fiscais da Câmara Municipal que têm acompanhado esta situação são conhecedores das queixas. -----

----O Tesoureiro **Amadeu Bizarro** esclareceu que as reclamações relativas a espelhos e sinais de trânsito foram encaminhadas há, talvez, dois meses, para a Câmara Municipal, a quem compete resolver estas situações. No que diz respeito à Praia da Argaçosa, recordou que até chovia no interior das casas-de-banho. Relativamente às pavimentações, lembrou aos membros Américo Carvalho e Vítor Silva que não compareceram às reuniões de trânsito na Câmara Municipal nos últimos dois ou três meses do anterior mandato. Lembrou da atitude profissional da engenheira da EDP Gás e de um funcionário municipal que têm acompanhado os processos. Vai propor a existência de uma ata nas futuras reuniões. -----

----Quanto às passadeiras para peões, afirmou que as que se encontram nas proximidades do McDonald's e da Segurança Social estão referenciadas há muito e lembrou que o estabelecimento alimentar abriu sem qualquer licenciamento e a ASAE nada fez. Sobre a estátua do Rotary Clube na rotunda, censurou a atitude do Executivo Municipal que nunca deu conhecimento à freguesia, desde logo no anterior mandato, da colocação da mesma, opinando que a União das Freguesias não se poderia opor por se tratar de território do Município, mas teria de ter conhecimento da situação de modo a poder esclarecer os fregueses. Sobre o Cemitério, afirmou ser o quarteirão quatro o que se encontra em piores condições. Relativamente à Cadeia e a uma avaria num poste de iluminação, esclareceu ter contactado o Eng. Nuno Pinto (CMVC) na sequência de diligência do membro Fernando Miranda, de modo evitar custos acrescidos com desnecessária remoção posterior do pavimento. -----



---**Tomás Ribeiro** referiu ter verificado que em frente ao Café Himalaia existe um semáforo colocado antes de duas passadeiras, solicitando que a questão fosse abordada na Comissão Municipal de Trânsito pelo Tesoureiro. -----

---**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** | Dada a palavra ao público, interveio **João Castelar** referenciando a necessidade de diligenciar esforços na Praia do Coral, nomeadamente na limpeza do estacionamento e nos chuveiros sujos com lama, tendo igualmente chamado a atenção para a elevada degradação do circuito de manutenção próximo da Praia Norte. -----

---**PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS** |-----

---**1. INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE** (documento 4) | Aberta a discussão da informação do Presidente do Executivo, tomou a palavra **o próprio**, tendo referenciado a reunião de amanhã com os prestadores de serviços que trabalharam na Meadela nos últimos anos, com competência, mas que a União das Freguesias tem de dispensar, situação que foi comunicada à Câmara Municipal. -----

---Informou da existência de um pedido de audição de novas testemunhas no processo judicial relativo à delimitação da União das Freguesias entre Monserrate e Areosa. Referenciou a necessidade urgente de reposição do miniautocarro pela importância que tem para a população. Referiu a necessidade de resolução da inexistência de quartos-de-banho na cidade, o que traz problemas também no acolhimento a excursões.-----

---O membro **José Borlido** questionou se todos os funcionários vão ser dispensados. -----

---O Presidente **José Ramos** lembrou que, como o membro Américo Carvalhido sabe, está preocupado desde Março com o assunto, incluindo o pessoal das escolas. Informou que a Câmara Municipal não pode assumir a contratação, dadas as restrições de admissão na Função Pública, sendo atualmente dada prioridade aos funcionários em reserva da mesma, não podendo a União das Freguesias interferir no processo. Esclareceu que na reunião a realizar amanhã entregará às trabalhadoras um processo pessoal sobre as diligências que encetou. -----

---Compareceu Raquel Amorim. -----

---**Américo Carvalhido** esclareceu que as senhoras não estavam despedidas, trabalharam a recibos verdes vários anos, o que pode acontecer um ano, cinco, dez ou vinte anos, não tendo existido qualquer ilegalidade, e questionou se a Câmara Municipal não as pode manter em funções. -----

---O **Presidente do Executivo** respondeu não ter sido ele quem as contratou e informou ter contactado atempadamente as funcionárias das escolas, a Vereadora da Educação e o Dr. Isaias da Câmara Municipal, para tentar resolver a situação. Não tem provas escritas das diligências realizadas, assumindo que apelidará publicamente de "mentirosos" os interlocutores referidos se desmentirem o seu empenho na situação. Defendeu que a União das Freguesias não pode assumir este encargo e não é responsável pelo término da necessidade do cumprimento das tarefas em causa, mas sim a Câmara Municipal, situação que faz questão de transmitir às pessoas. Reiterou que o Executivo se empenhou em defender as pessoas junto da Câmara Municipal e fornecerá às funcionárias as informações das diligências realizadas, que poderão utilizar. -----

---**2. ACORDO DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, conforme alínea g) do n.º 1 do art.º 9º da lei 75/2013** (documento 5) | O Presidente da Assembleia **Rui Viana** esclareceu



que o documento fornecido aos membros da Assembleia apenas foi disponibilizado pela Câmara Municipal há poucos dias, conforme se pode aferir pela data, precisamente com o fim de ser hoje discutido.-----

---O Presidente **José Ramos** prestou esclarecimentos sobre os montantes constantes dos documentos fornecidos. A exigência feita à Câmara Municipal foi que o Executivo não aceitaria assinar este protocolo se existisse corte ao subsídio atribuído nos anos anteriores. Não tendo existido qualquer corte, e ainda que esteja em falta uma discriminação dos locais a limpar pela União das Freguesias, defendeu a subscrição deste acordo. O financiamento previsto inclui os honorários do engenheiro prestador de serviços, com o qual não existe qualquer vínculo. Dado não estarem designados os locais a limpar, uma das condições é exclusão dos mesmos da Avenida Mateus Carvalhido, para a qual não existe capacidade de execução por falta de máquinas, a não ser em parceria com a Câmara Municipal. Solicitou a votação favorável do documento. -----

---**Hugo Meira** referiu que a proposta apresentada a discussão faz referência aos valores envolvidos mas não às áreas, o que faz com que a Assembleia vote "às cegas" o documento, pelo que pediu esclarecimentos adicionais de modo a permitir saber com rigor a que se refere este acordo. -----

---Interveio, em representação do PSD, o 1º Secretário da Assembleia **Tiago Oliveira**, lendo uma declaração de intenção de voto da respetiva bancada que seguidamente se transcreve. -----

---"DECLARAÇÃO DE VOTO | Veio a Lei nº 75/2013 regulamentar a aplicação e celebração dos Acordos de Execução de Delegação de Competências entre autarquias. Prevê o mesmo diploma a imprescindibilidade da realização de estudos de caracterização geográfica, demográfica, económica e social dos territórios das freguesias, obviamente porque de distintas realidades se trata, e logo, de ajustadas, criteriosamente avaliadas e fundamentadas distintas disponibilizações de recursos, financeiros ou outros. Prevê igualmente o diploma a participação activa das freguesias, desde logo na tarefa de inventariação, caracterização e avaliação dos recursos necessários para o cumprimento das exigências do eventual acordo a estabelecer. Só deste modo poder-se-á assegurar o cumprimento de pressupostos igualmente previstos pelo legislador, no artigo 135º da referida lei, como os valores basilares de qualquer procedimento pré-contratual público, da igualdade, da transparência e da não discriminação. O Partido Social Democrata desconhece o desenvolvimento de quaisquer estudos no âmbito da aplicação deste diploma legal nesta União de Freguesias. Não foram, portanto, realizados. É público que o Município de Viana do Castelo tão pouco se empenhou no cumprimento dos prazos legalmente previstos para a celebração dos Acordos de Execução, ou melhor, empenhou-se sim, no incumprimento dos mesmos. Acresce que após a sua celebração, os acordos de execução deverão vigorar durante todo o mandato. O valor proposto a aprovação decorre da proposta apresentada pelo Município, não decorre de qualquer acordo decorrente de qualquer negociação. Não são apresentados a esta assembleia os referidos estudos legalmente previstos. Desse modo, os eleitos do PSD desconhecem os critérios em que se fundamenta a proposta apresentada. A Assembleia desconhece a identificação das áreas de espaços verdes a tratar, bem como as respectivas áreas, pelo que, em bom rigor, não pode avaliar a qualidade da proposta. Como pode esta Assembleia avaliar se a União de Freguesias está a ser tratada de forma equitativa para com as restantes freguesias? Esta posição não é contra a proposta decorrente da votação



em Executivo e da indiscutível vontade destes autarcas em servir a população desta União de Freguesias. Mas é precisamente por esta genuína vontade e espírito de missão, destes e de outros autarcas de freguesia, que não podemos pactuar com a forma como o Presidente do Município tratou as freguesias, não colocando os recursos e equipas técnicas em diálogo com as freguesias nesta negociação, para este e outros acordos, que reclamamos uma postura de não condicionamento deliberado dos autarcas das freguesias, aliás uma deplorável atitude dos sucessivos executivos do PS, que muito lamentamos e que esperamos possa ser alterada para o futuro. O desenvolvimento e a coesão territorial e os desejáveis instrumentos de descentralização que os permitem potenciar, tão reclamados pelo Município de Viana do Castelo noutras circunstâncias, e bem, para com o Estado central, não deveriam ser hipotecados com esta atitude a nível local. Infelizmente, neste caso, como já referido, relembramos que este acordo vigorará para todo o mandato. Pelos referidos motivos, os elementos do PSD votam contra a proposta apresentada. Os eleitos do PSD Tiago Oliveira, Francisco Carvalhido, Emanuel Gavinho" (documento 6). -----

----O Presidente **José Ramos** esclareceu que o Acordo de Execução proposto baseia-se nos protocolos pré-existentes com os três anteriores Executivos das freguesias, tendo lido a segunda cláusula dos mesmos, com as localizações das manutenções então contratadas. -----

----O membro **Hugo Meira** reiterou algumas das questões colocadas por Tiago Oliveira, nomeadamente na questão da existência de proveitos ou eventuais prejuízos para a União das Freguesias. -----

----**José Ramos** esclareceu que aquando da negociação com o Presidente do Município levou um mapa, que poderá fornecer por email aos membros da Assembleia, com a identificação dos custos inerentes ao trabalho do cantoneiro, como salário, segurança social, seguros e outras, não sendo sua opinião que o Município deva financiar totalmente a manutenção destes espaços, devendo a freguesia suportar uma parte dos custos. Pelas suas contas, a freguesia deverá previsivelmente suportar trinta mil euros, incluindo acordos com a empresa "Casanova Jardins" e a "APPACDM" para execução de alguns trabalhos. -----

----**Hugo Meira** afirmou estar esclarecido mas reiterou que toda a informação prestada deveria estar inscrita nos documentos disponibilizados à Assembleia para discussão. -----

----**José Ramos** esclareceu que o acordo apresentado apenas será por si assinado se do mesmo constar a identificação expressa das referidas áreas a limpar e tratar. -----

----Interveio **José Emilio Viana** referindo que as intervenções antecedentes levantaram questões importantes que devem merecer a preocupação dos membros da Assembleia, mas que decorrem de um ato de um Governo que desgoverna, com boas intenções mas que sucessivamente ataca a autonomia do poder local, atribuindo-lhe responsabilidades sem os respetivos meios financeiros. Defendeu que deveria ter sido prevista a distribuição de verbas diretamente pelo Governo e não exigir que os Municípios, que são também alvo de cortes financeiros, possam suportar estes custos na totalidade, sendo de lamentar esta situação para a qual não prevê melhorias. Referiu que o PS elogia o esforço do Município em garantir as verbas já disponibilizadas anteriormente para estes protocolos apesar dos referidos cortes. -----

----Colocada a proposta a votação, foi **aprovada por maioria** com quatro votos contra. -----



----**3. APROVAÇÃO DE TOPONÍMIA EM ARTÉRIA NA MEADELA** (documento 7) | O Tesoureiro **Amadeu Bizarro** prestou breves esclarecimentos relativos ao caso concreto da toponímia proposta, nomeadamente "**Travessa das Minas**", para a rua sem saída junto à "Rua das Minas", de modo a permitir com a melhor brevidade a aprovação pelo Município. -----

----**Hugo Meira** solicitou o esclarecimento sobre o motivo da proposta de designação enquanto travessa, quando na verdade se trata de uma rua sem saída, ou seja, um beco, sendo esta apenas uma preocupação com eventuais implicações jurídicas, manifestando a sua disponibilidade para, acautelada esta questão, aprovar qualquer uma das designações. -----

----**Amadeu Bizarro** referenciou a opinião desfavorável do membro Alberto Abreu no que diz respeito à designação de novos becos. -----

----O Presidente da Assembleia **Rui Viana** esclareceu não existir qualquer impedimento legal na proposta, podendo apelidar-se um trajeto sem saída enquanto rua, referenciando o exemplo da Rua Manuel Lima Bezerra na Abelheira, estrada com vinte e dois anos. -----

----Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade**. -----

----**4. CRIAÇÃO DE UMA COMISSÃO PARA ESTUDO DA TOPONÍMIA da União das Freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela** | O Presidente da Assembleia lembrou ter sido apresentada, em sessão anterior, por um membro do PS, a proposta de constituição desta comissão em discussão. -----

----O Presidente do Executivo **José Ramos**, na ausência do membro proponente Alberto Abreu, colocou à consideração da Assembleia a hipótese de adiamento da discussão, por desconhecer eventuais pormenores da proposta que este poderia ter em mente. -----

----O membro **Américo Carvalhido** esclareceu que Alberto Abreu o informou ontem da sua impossibilidade de presença por motivos pessoais, tendo manifestado a sua total disponibilidade para colaboração técnica mas não integrando formalmente a comissão a constituir. Declarou aceitar a proposta de José Ramos de adiamento da discussão. -----

----Interveio **José Emilio Viana** referindo a intenção de Alberto Abreu de criar uma Comissão de Toponímia, de modo a regulamentar critérios objetivos para a atribuição de designações, de modo a simplificar o acompanhamento de processos urbanísticos e a reduzir a arbitrariedade e situações melindrosas. Recordou que até hoje têm sido aprovadas propostas para locais menos visíveis ou de reduzidas dimensões, mas exemplificou que futuramente seria útil a freguesia apresentar proposta para um arruamento adjacente à antiga fábrica de chocolates, que futuramente será prolongado até ao antigo edifício do Governo Civil. Esclareceu que esta comissão terá um papel consultivo, não vinculativo, de preparação das propostas a discutir em Assembleia por todos os membros. -----

----O Presidente do Executivo **José Ramos** esclareceu que o cidadão Carneiro Fernandes já propôs que a designação da nova artéria venha a incluir a referência à antiga fábrica de chocolates localizada na zona. -----

----Interveio **Tiago Oliveira**, referindo ser esta uma excelente oportunidade de promover a participação pública nas tomadas de decisão dos órgãos eleitos na União das Freguesias, para além da descentralização das reuniões, como a que hoje se verificou. Referenciou ser igualmente uma oportunidade de ganhar massa crítica externa às listas de cidadãos que concorreram às



eleições, com competências técnicas que possam apoiar as tomadas de decisão; permitirá ainda promover mais objetividade e harmonização de critérios na designação de novos locais. Elogiou a proposta de constituição da comissão por parte de Alberto Abreu, considerando ser a toponímia um excelente instrumento para homenagear cidadãos de mérito, preservar as memórias da população e a identidade das freguesias, sendo que não faz sentido manter-se a desarticulação entre as freguesias e a Câmara Municipal. Exemplificou com o facto de ter sido prometido há muitos anos pela ex-vereadora da Cultura Flora Silva, em evento público, uma homenagem ao pintor António Alves, consagrada personalidade da arte vianense da segunda metade do século XX, morador na Rua da Bandeira, co-fundador e grande impulsionador do evento "Arte na Rua", através da designação de um nome de rua, o que nunca se verificou. Referiu que a atribuição, por parte da Câmara Municipal, da referida designação alusiva à fábrica de chocolates, hipotecou a que poderia ser uma justa homenagem numa rua bem próxima das vivências do pintor. -----

---Nesse sentido, defendeu a integração na Comissão de dois membros eleitos indicados por cada partido, propondo que o PP, tendo apenas um membro eleito na Assembleia, designe outro cidadão para o órgão, de modo a estar em condições de igualdade de opinião no mesmo. Adicionalmente, integrariam o órgão quatro outros cidadãos, a designar pelos quatro partidos com representação na Assembleia. -----

---O Presidente **Rui Viana** declarou não ser favorável a esta sugestão, não se tendo verificado outras intervenções. Foi **aprovada por unanimidade**. -----

---Na sequência da aprovação, será implementada a Comissão de Toponímia, a constituir por um membro de cada força política representada na Assembleia, sendo coordenada pelo Presidente da Mesa, Rui Viana. -----

5. DISCUSSÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA A FREGUESIA | Breve intervenção do **Presidente do Executivo** para esclarecimentos sobre a documentação fornecida. -----

---Interveio seguidamente o membro **Fernando Miranda**, questionando das responsabilidades e competências da União das Freguesias relativamente a um espectáculo musical a ocorrer no Estádio Manuela Machado. -----

---O Presidente **José Ramos** esclareceu que a única responsabilidade possível em causa será, a verificar-se, a emissão da Licença Especial de Ruído. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO | Foi dada a palavra ao público, tendo usado da mesma **Tiago Oliveira**. Referiu que o Governo do PSD deu a cara perante o país por uma reforma administrativa que herdou do Governo do PS, portanto da autoria deste, que não terá conseguido retirar da agenda de compromissos do país negociada com a "troika" pelo PS, acordo que o PSD subscreveu, pelos motivos e com a capacidade negocial que são públicos. Relembrou que o Presidente da Câmara Municipal se recusou a colaborar na reforma administrativa, naquela que seria a sua obrigação, decorrente da lei, de procurar o melhor para defender o território pelo qual é responsável, as suas populações e as freguesias: apresentar propostas de soluções alternativas, a aprovar em Assembleia Municipal, para posterior envio para avaliação pela comissão técnica existente em Lisboa. Referiu que o Presidente da Câmara Municipal e o PS fizeram uma lamentável e demagógica campanha eleitoral de alegada defesa das freguesias, o que não é coerente com a anterior atitude de não defesa das mesmas, quando a lei o permitia e exigia. Opinou que não se resolve problema algum ignorando-o, e que



recusar-se a discutir os problemas das freguesias não é defender as freguesias. Afirmou não querer com isto dizer que concorde com a reforma realizada ou com a realidade específica desta União das Freguesias. Por exemplo, relativamente aos vencimentos dos cargos políticos das freguesias opinou ser favorável a uma revisão da legislação, de modo a promover a eleição para os órgãos executivos de equipas qualificadas, disponíveis e motivadas, com competências adequadas às realidades administrativa, territorial e socioeconómica. Opinou que a reforma implementada foi populista, dadas as circunstâncias do país, do Governo e do dossier específico, sendo este um compromisso cujo timing de execução o país deveria ter tido capacidade de negociar, até por se tratar de uma realidade exclusivamente portuguesa, acreditando que a situação será revista futuramente. Referenciou que durante o dia foi tornado público um abaixo-assinado subscrito por ilustres militantes do PS nacional, esclarecendo qual terá sido o governo que desgovernou o país na última década, por sinal, deste partido, e cuja leitura recomendou.

----O Presidente da Assembleia **Rui Viana** procedeu à leitura da proposta de minuta da ata, composta por dez páginas devidamente numeradas, que foi **aprovada por unanimidade**, após o que se deram por concluídos os trabalhos, pelas vinte e três horas e trinta minutos. -----

| O Presidente
(António Rui Viana Fernandes da Ponte)

| O 1º Secretário
(Tiago Fernandes Oliveira)

| A 2ª Secretária
(Isabel Maria Oliveira Cardoso)